

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2010
(do Senhor Raul Jungmann)**

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública para discussão de uma nova política de combate às drogas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 24 combinado com o art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para discussão de uma nova política de combate às drogas, com a presença do Senhor Luiz Fernando Correa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

JUSTIFICATIVA

O Brasil possui 23.086 km de fronteiras, sendo 7.367km marítimas e 15.719 km terrestres. Com exceção do Chile e do Equador, todos os países da América do Sul fazem fronteira com o Brasil.

A Polícia Federal é responsável pela vigilância das fronteiras brasileiras. Fazem parte de suas atribuições a fiscalização de entrada e saída de pessoas no país, o controle dos meios de transporte que fazem o tráfego internacional, e a investigação e o combate aos crimes nacionais ou transnacionais que ocorram ou tenham início na faixa de fronteira: tráfico de drogas, de armas, de mulheres e crianças.

Ao longo da fronteira existem apenas 23 postos oficiais de fiscalização da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério da Saúde.

Em novembro de 2009, o governo federal criou um programa intitulado como “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência”. Referida iniciativa foi implementada através de esforços conjuntos da Secretaria Nacional Antidrogas e do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci.

No sítio eletrônico da Secretaria Nacional Antidrogas, tem-se a informação de que as referidas ações integradas de combate às drogas seriam, continuamente, avaliadas por instituição de ensino superior.

Decorridos menos de um ano da implantação das “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência” importante se faz que os membros da Comissão possam tomar conhecimento do andamento das ações que estão sendo desenvolvidas e os problemas que ainda persistem, bem como a previsão de ações que ainda estão para serem implantadas.

Neste sentido, formulo o presente pedido de Audiência Pública para que nós, do Poder Legislativo, possamos cooperar de maneira mais incisiva sobre as falhas que o atual sistema apresenta.

Sala das Sessões, em de junho de 2010.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE